



14



O modo petista de fazer eleições



CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A JUVENTUDE

ÍNDICE

Apresentação	4
Introdução	5
Diretrizes e propostas para a formulação de programas de governo nos municípios	8
Organizar a juventude para as Eleições 2008	15
Carta compromisso da JPT às candidaturas petistas	18
Sites úteis de pesquisa e informações	20

APRESENTAÇÃO

Muitos desafios estão colocados a Juventude do PT neste período, acabamos de sair de um rico processo com a construção do I Congresso Nacional da JPT, que nos remete a um novo patamar organizativo, como um segmento com instâncias de direção, com capacidade de construir uma nova relação para dentro do partido, mas especialmente nos remete ao desafio maior, fortalecer nossa organização para fazer uma intervenção menos internista e mais de diálogo com as juventudes brasileiras e com suas necessidades concretas, fortalecendo o PT como um instrumento de transformação da sociedade e referência da juventude.

Neste contexto, as eleições deste ano são centrais, pois a juventude sempre teve um papel importante nos processos eleitorais, contribuindo com muita garra e militância, impulsionando as candidaturas, isto por si só já é importante, mas é insuficiente. Precisamos consolidar um programa de governo que contemple este segmento, que implemente Políticas Públicas de Juventude, que institucionalize as instâncias de elaboração, proposição, execução e fiscalização destas políticas com participação social, reconhecendo as juventudes como sujeitos de direitos e sujeitos sociais.

É um momento de disputa entre diferentes projetos e concepções de qual sociedade queremos e de reforçar o modo petista de governar e legislar, promovendo um programa de governo que de conta das demandas da população.

Por isso eleger muitos jovens vereadores e vereadoras também é estimular o protagonismo de uma juventude presente, ousada, democrática, socialista e de massas. Esta cartilha pretende ser subsídio aos jovens e adultos que se empenham nesta tarefa.

Um bom trabalho para todos nós!

Severine Macedo

Secretária Nacional de Juventude do PT

INTRODUÇÃO

A participação da juventude no processo eleitoral é um fator preponderante para o desempenho das candidaturas proporcionais e majoritárias. O vigor e a disposição dos jovens empolgam os militantes e a campanha.

Entretanto, é preciso destacar que a participação da juventude não deve se restringir a uma contribuição somente nas “tarefas”, mas, sobretudo, deve-se ampliar essa contribuição para a elaboração e a tomada de decisões.

É fundamental envolver o conjunto do partido e fomentar a discussão sobre a importância e o peso que os jovens têm na construção da sociedade que queremos. É tarefa do conjunto do PT pensar ações destinadas ao público jovem na cidade.

As administrações municipais, estaduais e federal do campo democrático popular têm produzido avanços expressivos na melhoria das condições de vida de toda a população, principalmente, através de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, agricultura, assistência social e habitação.

Contudo, apesar dessas políticas atingirem, também, a população jovem, existe a demanda por políticas públicas que atendam as necessidades específicas da juventude. Mesmo com o êxito das ações nas administrações onde foram implementados órgãos específicos (assessoria ou coordenadoria ou secretaria) de políticas públicas de juventude, os novos desafios colocados pela evolução do debate nacionalmente ampliam a importância desta temática nos governos.

Juventude tem sido um crescente alvo de debates em diversas esferas nos planos nacional e internacional: mídia, ações governamentais e não governamentais, partidos, movimentos sociais, academia etc. Além disso, a amplitude de espaços de debate que tem conquistado e a importância que tem ganhado colocam o tema na ordem do dia. A juventude é percebida atualmente como uma questão prioritária e como crescente fonte de preocupação. Hoje, a população jovem no Brasil enfrenta grandes problemas, como o desemprego,

a precariedade da ocupação profissional, a baixa escolaridade e a violência urbana. A juventude, além disso, é menos integrada que o restante da população ao processo de desenvolvimento econômico e convive mais intensamente com um cenário de persistente exclusão social.

A situação é alarmante: os jovens em idade de trabalhar encontram barreiras para conseguir e manter uma atividade remunerada. Além disso, enfrentam sérias dificuldades para concluir os estudos e ingressar na universidade. A juventude é, também, como vítima ou agressora, a principal protagonista da violência nos grandes centros urbanos.

Este quadro tornou-se realidade em decorrência das profundas reformas aplicadas durante a década de 1990 – frutos da hegemonia do pensamento e da receita neoliberais e da força do capital financeiro – que reconfiguraram o papel do Estado, relegando parte de suas responsabilidades à iniciativa privada, como é o caso da promoção da saúde e da educação.

Como consequência, o Estado não se preparou para receber adequadamente o enorme contingente populacional jovem, que hoje atinge índice recorde na história do país – somos 50,5 milhões entre 15 e 29 anos, ou seja, um quarto da população. A oferta de bens e serviços públicos é insuficiente para atender toda a demanda e a isso se soma o baixo conhecimento dos poderes públicos sobre a realidade juvenil e a existência de demandas específicas, o que tem provocado um desencontro entre as demandas dos jovens e as políticas públicas.

Porém, não só o contingente de jovens que temos hoje, mas principalmente a realidade que este segmento enfrenta, traz à tona a necessidade de debruçarmos o olhar e buscar soluções para mudar a situação de nossa juventude.

Quanto à renda e ocupação, 40% dos jovens brasileiros vivem em famílias sem rendimento ou até com meio salário mínimo; 11,7 milhões de jovens vivem em famílias que não têm condições para satisfazer suas necessidades básicas (PNAD, 2003). Ainda, a renda familiar per capita dos jovens negros é 50,6% inferior (metade) da dos brancos. (PNAD, 2006). Quase metade dos desempregados do país é jovem (IBGE, 2007). Em média, os trabalhadores jovens ganham menos da metade do que ganham os adultos. (PNAD, 2006). Entre os jovens com renda própria, a das mulheres é 16,3% inferior à dos homens (PNAD, 2003). 36% dos jovens brasileiros estão empregados, 40% encontram-se desempregados e somente 35% dos jovens que trabalham têm carteira assinada (Instituto Cidadania, 2003). O desemprego juvenil é maior para os negros (23,8%) que para os brancos (16,4%) (PNAD, 2003).

No que se refere à educação, 1,3 milhão de jovens são analfabetos, enquanto apenas 3,6% daqueles entre 20 e 24 anos chegaram à universidade (PNAD, 2003). 53,1% dos jovens estão fora das salas de aula, sendo que, entre os que freqüentam a escola, quase 14% cursam níveis de ensino que não condizem com sua idade cronológica (PNAD, 2006). Entre os negros, a escolarização adequada é 32,4% menor e o tempo de estudo é 16,7% menor comparados à dos brancos (PNAD, 2006).

Quanto à saúde dos jovens, vale ressaltar que, enquanto as causas naturais (doenças) são responsáveis por 27,2% dos óbitos entre os jovens, as causas externas atingem 72,8%; entre os outros segmentos etários as causas externas são responsáveis por 9,8% das

mortes; os homicídios são responsáveis por cerca de 1/3 das mortes entre os jovens; a taxa de vítimas de homicídios entre jovens negras é 49,6% superior que entre os brancos (Ministério da Saúde, 2005). Em 2004 foram registrados 158 homicídios movidos por ódio anti-homossexual (Grupo Gay da Bahia, 2005). Enquanto o número de assassinatos se manteve estável no restante da população, entre a juventude esse índice cresceu 81,6% nos últimos 22 anos. (UNESCO, 2002).

Outro aspecto importante da questão diz respeito à inserção dos jovens na vida econômica do País; apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, se forem mantidas as atuais condições de precarização e exclusão da maioria da juventude, teremos impactos imediatos e futuros resultando em um retrocesso no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diretrizes e propostas para a formulação de programas de governo nos municípios

Diretrizes Gerais

Veja abaixo as diretrizes que devem nortear a formulação de políticas públicas para a juventude na elaboração de programas de governo nas campanhas municipais. Pretende-se com essas linhas gerais apontar caminhos para que a juventude desenvolva plenamente seu potencial, buscando evitar o monitoramento, e a tutela dos jovens, como se fossem um risco para si e para a sociedade.

A necessidade de implementar Políticas Públicas de Juventude (PPJ), cuja responsabilidade é do Estado, deve se fundamentar na idéia de que os jovens são sujeitos de direitos, sujeitos políticos e atores sociais e têm necessidades específicas e singulares, portadores de rica diversidade, com diferenças de identidade, organização e expressão (cultural, artística, política etc.).

As PPJ devem possibilitar que esta vivência seja construída por meio de um intenso processo de desenvolvimento (individual e socialmente) integral dos jovens a partir de seus interesses, potencialidades, desejos e direitos, respeitando e valorizando suas diferenças e, ao mesmo tempo, combatendo às desigualdades.

Nesse quadro, as políticas públicas de juventude devem ter como *premissas comuns*:

- **Garantia do desenvolvimento integral e oportunidades de inclusão.** As prefeituras e os mandatos legislativos¹ petistas devem contribuir para alterar o modelo de desenvolvimento historicamente construído no país, substituindo-o por um novo padrão que articule crescimento econômico, democracia, autonomia e superação das desigualdades. Deve-se garantir aos jovens oportunidades de inclusão e suporte para que possam processar suas buscas, construir seus projetos e desenvolver sua inserção

na vida social, com base na necessária interface entre saúde, educação, trabalho, cultura, tecnologia da informação e comunicação, sustentabilidade e direitos humanos;

- **Participação da juventude na construção das PPJs.** Os principais pontos de apoio e diálogo de nossos mandatos para a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas de juventude devem ser as/os próprias/os jovens organizados e mobilizados. Os jovens devem encontrar no campo institucional espaços de participação que permitam sua interferência no processo decisório relativo a políticas públicas para a juventude e todas as esferas referentes às condições de vida na cidade e nas áreas rurais. O objetivo central é, a partir do aprofundamento da democracia e do controle social, proporcionar à juventude um papel destacado e protagonista na construção das políticas universais e específicas de juventude, bem como no desenvolvimento local e nas transformações que queremos construir;

- **Combate às desigualdades e equidade na consolidação de políticas de juventude.** É preciso reconhecer que todos os jovens – cada um à sua maneira – vivem a juventude, porém com chances distintas de desenvolvimento e inserção social, profissional e educacional. Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc.

- **Vida segura, valorização da diversidade e garantia dos direitos humanos.** Na sociedade em que vivemos, a diversidade, ao invés de riqueza, passa a ser desigualdade, que gera preconceito e violência. Ao mesmo tempo em que combatemos desigualdades é necessário, além de respeitar e reconhecer, valorizar a diversidade e pluralidade das juventudes, identificando as potencialidades e interesses distintos para garantir a plena expressão individual, cultural, religiosa e política dos jovens. Deve-se promover a articulação necessária entre a universalidade dos direitos humanos e a valorização da diversidade para fazer frente às violências física e simbólica e definir-se ações integradas relativas à saúde e à segurança;

- **Ampliação do “direito à cidade”.** A cidade tem ganhado espaço como experiência de socialização de jovens, em detrimento dos universos familiar e escolar, consolidados historicamente como espaços de preparação para a vida adulta. Assegurar o direito a vivenciar a cidade é multiplicar ações públicas de integração e socialização que diminuam ao máximo os processos marginalizadores. Deve ser garantida ao jovem a possibilidade de se apropriar do espaço da cidade para a vivência elementar da cidadania e aproveitamento de seu tempo livre. A organização e a gestão das cidades devem possibilitar – e não dificultar – os direitos juvenis à cultura, ao lazer, à educação, ao trabalho e outros bens sociais. Nesse sentido deve-se investir principalmente em políticas de mobilidade urbana e de oportunidade de acesso à moradia;

- **Qualidade de vida no campo.** A agricultura familiar é a base da economia dos pequenos e médios municípios e a principal garantidora da geração de trabalho e renda nestes locais e da segurança alimentar do país. No entanto, por falta de oportunidades, os jovens rurais migram para as grandes cidades, aumentando o êxodo rural e colocando em risco a sucessão da agricultura familiar. Portanto, é necessário pensar políticas que promovam o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida no espaço rural, como acesso à saúde, estradas, assistência técnica, capacitação, educação, estímulo à produção alternativa, sustentável e agroecológica, garantia de lazer, esporte e cultura. Deve-se permitir que o jovem e a jovem rural optem por ficar no campo e ter uma vida com qualidade.

- **Implementação e ampliação de políticas estruturantes e universais e consolidação de políticas de Estado.** As atuais condições de vida das/dos jovens revelam a profundidade da desestruturação dos bens e serviços que o Estado deveria garan-

¹ É preciso compreender o envolvimento do conjunto do executivo e legislativo municipal e não apenas dos petistas eleitos, como prefeitos/as e vereadores/as.

tir. Para proporcionar uma intensa transformação nesta realidade, a marca petista dos mandatos e administrações municipais deve ser a articulação das PPJs emergenciais e específicas com as políticas universais e estruturantes. Deve buscar, igualmente, a consolidação das políticas de juventude como política de Estado, para que não sejam ações passageiras de determinada gestão ou tenham viés meramente assistencial e ganhem o caráter estrutural necessário para transformar profundamente a realidade das juventudes brasileiras. O envolvimento das esferas municipal, estadual e nacional é fundamental para que haja êxito nestes desafios, com destaque para os municípios.

Gestão e fortalecimento institucional

Se antes o grande desafio era dar visibilidade ao tema juventude e inseri-lo na agenda nacional, hoje o que se coloca é a tarefa de aprimoramento do trabalho já realizado, da proposição de novas iniciativas e do fortalecimento institucional nas questões relativas à juventude. Se antes beirávamos a inexistência de órgãos de juventude nas esferas nacional, estadual e, principalmente, municipal, hoje a tarefa é articulá-los em torno de uma política nacional construída por amplos setores do poder público e da sociedade. Para isso, é necessária a elaboração de um desenho institucional dos órgãos e das políticas que seja adequado ao acompanhamento e coordenação das iniciativas existentes.

O Governo Lula avançou muito no marco da construção das políticas públicas de juventude, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e a implementação de várias ações tem sido importantes demonstrações de que é possível o Estado responder às demandas e necessidades do setor.

A I Conferência Nacional de Juventude foi exemplo de participação e compromisso dos jovens e do Governo Federal na construção da política nacional para a área, envolvendo mais de 400 mil participantes nas suas várias etapas, e aprovando uma plataforma de 22 prioridades que contempla os mais variados temas, grupos juvenis e bandeiras: Jovens Negros e Negras, Educação Básica, Elevação da Escolaridade, Fortalecimento Institucional da Política de Juventude, Meio Ambiente, Esporte, Juventude do Campo, Trabalho, Ensino Superior, Cultura, Política e Participação, Jovens Mulheres, Segurança, Povos Tradicionais, Cidadania LGBTTT, dentre outros.

No entanto, a realização da conferência nos remete a vários desafios. Temos ainda muitos limites para avançar efetivamente na construção de políticas estruturantes e universais, como a ausência de políticas a nível local e a pouca prioridade que as prefeituras dão à juventude. O PT não pode se ausentar do compromisso pela superação deste problema.

O PT vem produzindo grandes transformações em nosso país ao longo de sua história e das diversas lutas que já travou. Nossas gestões municipais, para dar mais uma contribuição a esta trajetória, também precisam se tornar referência nas políticas de juventude. Para isso precisam construir uma plataforma de ações e políticas, sempre garantindo a participação e o emponderamento das organizações e da própria juventude.

Um dos desafios aos quais nos referimos é o compromisso das prefeituras petistas com a efetivação das prioridades eleitas que dependem do funcionamento do pacto federativo

(envolvimento das três esferas) e dialoguem com a realidade local das juventudes. Outro desafio é o da construção de um conjunto de ações e compromissos a serem estabelecidos com o objetivo de institucionalizar as Políticas Públicas de Juventude. O Pacto pela Juventude, impulsionado pelo CONJUVE, vai nesta direção, sendo necessário o PT também construir intervenção própria neste sentido.

Destaca-se também a necessidade de aprovação da PEC da juventude e do Plano Nacional de Juventude, que tramitam no Congresso Nacional, bem como a elaboração dos Planos Municipais de Juventude e participação na formulação e implementação dos Planos Estaduais.

Devemos compreender que somente com a existência de um órgão específico de juventude que garanta a inter-setorialidade, as prefeituras terão as condições necessárias para cumprir com tais demandas. Tais órgãos devem ter a função de formular, coordenar e executar as políticas de juventude, possuir orçamento próprio e ter condições políticas de articular o conjunto da ação do governo.

Podemos, a partir da experiência já acumulada, visualizar uma estrutura de Governo de Juventude de acordo com o tamanho do município. Por exemplo, nas capitais e grandes cidades do estado, podemos propor a criação de uma Secretaria de Juventude, pois, em geral, há demanda na sociedade e condição político-financeira da administração dessas cidades. Em cidades médias, pode ser constituída uma Coordenadoria de Juventude e em cidades menores, se não for possível ter qualquer das estruturas anteriormente citadas, seria preciso ter, pelo menos, uma Assessoria de Juventude que fosse capaz de articular transversalmente no Governo as políticas para este segmento e implementar algumas ações. O importante é afirmarmos que sem o mínimo de estrutura a política elaborada poderá não sair do papel.

Os órgãos propostos poderiam ter como atribuições a) executar programas e projetos de acordo com os eixos de atuação definidos; b) articular de maneira transversal com as demais áreas do governo ações de políticas públicas de juventude; c) coordenar ações das assessorias de juventude das diversas pastas dos governos; d) promover articulação com outras esferas administrativas (estados e governo federal); e) atuar como interlocutor entre governo e movimentos e organizações juvenis do município; f) capacitar gestores estaduais e municipais de políticas públicas de juventude; e g) apoiar projetos locais desenvolvidos pela sociedade civil na área de juventude.

A esses órgãos caberiam ainda, para consolidar o arranjo institucional necessário para dar conta de seu papel, as seguintes atribuições: a) criar e coordenar um Grupo de Trabalho (GT) sobre Juventude no governo; b) coordenar a realização das Conferências ou Congressos Municipais da Juventude; c) criar o Conselho Municipal de Juventude de modo a permitir a participação da sociedade na definição e acompanhamento das políticas e no controle social.

Proposta de Ações

I. Ações específicas do âmbito municipal:

- **Apoio aos movimentos e organizações juvenis.** Os mandatos petistas não podem hesitar em contribuir para que a juventude se organize e pressione o poder público por mudanças. Pelo contrário, a presença petista no poder público deve servir para

permitir a expressão e a interferência da população organizada nas tomadas de decisão e definição de rumos da cidade. Faz-se necessária a ampliação de espaços e a interferência na elaboração do orçamento municipal, de modo a assegurar a estrutura necessária para a execução de projetos oriundos dos movimentos e organizações juvenis.

- **Criação de canais de interlocução entre juventude e poder público.** É fundamental a construção de canais de diálogo, como fóruns de debate e os próprios conselhos municipais de juventude. Devem-se consolidar espaços de permanente articulação das/dos jovens na sua interlocução com o poder público, para que participem ativamente das tomadas de decisão;

- **Elaboração de um mapa da Juventude.** Promover levantamento que permita um diagnóstico da condição do jovem, com o objetivo de servir de subsídio à elaboração de uma política para a juventude levando em consideração as características da região/município/território, com especial atenção às singularidades e peculiaridades decorrentes da diversidade das juventudes;

- **Criação de mecanismos de fiscalização e avaliação das PPJs.** Precisamos de um constante aprimoramento na construção de políticas de juventude, buscando otimizar a aplicação dos recursos públicos, identificar com precisão os resultados obtidos, propor reformulações e mudanças de orientação quando necessário ou, por outro lado, intensificar e ampliar ações com resultado positivo. Um dos principais problemas verificados quando se busca avaliar os impactos, desdobramentos e dificuldades enfrentadas na construção das políticas de juventude é a falta de mecanismos institucionais de fiscalização e avaliação, fazendo-se necessário que o município se prepare para fiscalizar todo o processo desde a formulação;

- **Implantação de programas voltados à geração de emprego e renda.** É fundamental retardar a entrada dos jovens no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que se garanta uma maciça ampliação dos empregos formais e das alternativas de geração de renda para a juventude. Os municípios devem buscar construir condições para que os jovens continuem estudando, antes de se integrarem formalmente no trabalho, o que geraria uma pressão menor pela procura de trabalho e permitiria o desenvolvimento pleno ou mais completo de seus potenciais criativos. Na outra ponta, é necessário dar prosseguimento a experiências que permitam a entrada no mercado para os que não querem ou não tem condições de continuar estudando, promovendo iniciativas de associativismo, cooperativismo, economia popular e solidária, capacitação profissional e demais alternativas de geração de renda para a juventude.

- **Implantação de projetos de universalização, melhoria da qualidade e reestruturação democrática da educação.** As gestões petistas devem dar especial ênfase à qualificação e remuneração de professores. O acesso ao ensino superior e técnico, tanto dos estudantes como dos professores, para garantir melhorias na formação profissional, deve ser alvo de atenção também dos municípios. Nossas administrações devem avançar na construção da nova escola, aproximando-a da vida dos jovens, do meio em que ele convive, para garantir sua identidade com a educação, o que demanda estabelecer uma gestão democrática, onde os estudantes possam opinar sobre as decisões em relação à escola. Deve-se compreender que a participação é uma condição para atingirmos a qualidade da educação, o compromisso coletivo com o aprendizado e o compromisso com a comunidade. Portanto, é fundamental potencializar a participação da comunidade na gestão da escola, a auto-organização dos estudantes, entendendo-a como direito e garantindo condições materiais para a construção de grêmios e diretórios estudantis.

- **Implantação de projetos na área da cultura, esporte e lazer.** É necessário univer-

salizar o acesso à cultura e aos bens culturais, com a constituição de espaços públicos de lazer e cultura para a juventude, além de iniciativas de apoio ao esporte amador, de criação e manutenção de centros esportivos e de estímulo à prática esportiva nas instituições de ensino. Impulsionar projetos visando proporcionar espaços públicos de integração, interação e diálogo entre diversos segmentos juvenis, disponibilizando infra-estrutura para a realização de reuniões, oficinas e eventos (exemplos: encontros literários, cursos de teatro, oficinas de cultura, incentivo de práticas esportivas, abertura de escolas nos finais de semana para torná-la um espaço de recreação e cultura etc). Some-se a isso tanto a promoção da produção cultural pelos jovens como sua fruição, de modo a possibilitar o acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva.

- **Implantação de projetos na área da saúde, direitos humanos, cidadania e meio ambiente.** Os jovens devem ter garantidos seus direitos humanos, individuais e coletivos: civis, políticos, sociais e econômicos. Portanto, devem-se implantar projetos que garantam a defesa ecológica, o acesso e a promoção de saúde entre os jovens, a segurança e o exercício da cidadania. Para isso, é preciso: a) promover ações que garantam o desenvolvimento sustentável da região, garantir o cumprimento da legislação ambiental, executar projetos de educação ambiental e de incentivo à organização de organizações juvenis em defesa do meio ambiente; b) promover a capacitação dos agentes de saúde para atendimento a jovens, projetos de educação popular em saúde, implementar políticas de prevenção, redução de danos para usuários de drogas e reabilitação para dependentes químicos, assim como de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; c) estabelecer mecanismos para a diminuição da mortalidade juvenil (gerada, principalmente, por causas externas violentas), assim como a garantir a reintegração de jovens infratores;

2. Ações integradas com o governo federal

A formulação de programas de governo para os municípios não pode desconsiderar a ampla gama de projetos/programas do governo federal que tem impacto direto na vida da cidade. Pelo contrário, temos que estimular a implementação destes programas ao nível local, com gestão compartilhada, mas sem tirar a responsabilidade da elaboração e implementação do que é papel do município.

Segue abaixo alguns exemplos de programas do Governo federal que se relacionam com as cidades e exigem articulação, contrapartida e coordenação em nível municipal, onde deve ser assegurada a participação e controle social – princípios que o PT não pode abrir mão.

2.1 O Programa integrado de Juventude – Pró-Jovem visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional. Criado a partir da integração de seis programas já existentes - Agente Jovem, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica – tem como meta sair dos atuais 467 mil jovens atendidos e atingir 4,2 milhões de jovens até 2010. Vai funcionar nas modalidades Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador.

2.2 O PROEJA é um programa de educação profissional integrada ao Ensino Médio que tem como finalidade ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular.

2.3 O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte que visa o acesso de crianças e jovens adolescentes da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo.

2.4 A **Escola Aberta** é um programa do MEC que oferece atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas públicas do Ensino Médio e Fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender a comunidade.

2.5 Formação de **Com-Vida**, Comissões de Qualidade de Vida e Meio Ambiente na Escola, programa coordenado pelo MEC e MMA, tem como objetivo construir a agenda 21 escolar por meio da organização na escola baseada na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade. Quem organiza a Com-Vida é o delegado ou a delegada e seu suplente da Conferência de Meio Ambiente na Escola, com o apoio de professores. O principal papel da Com-Vida é contribuir para a participação democrática e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade.

2.6 Os **Pontos de Cultura**, patrocinados pelo MinC, têm por objetivo implantar e modernizar espaços culturais, permanentes ou itinerantes, em bairros urbanos de baixa renda, comunidades indígenas e quilombolas. Garantem infra-estrutura física, técnica e operacional necessária à realização de atividades culturais. Os Pontos são espaços de gestão, agitação, criação e difusão de cultura.

2.7 O programa **Bolsa Atleta**, do Ministério do Esporte, oferece bolsas mensais, pelo prazo de um ano, com possibilidades de renovação para aqueles que se destacam em competições de nível estudantil e que ainda não tenham patrocínio.

2.8 Os programas **Nossa Primeira Terra e Pronaf-Jovem** são coordenados pelo MDA, destinados a jovens agricultores familiares. Tem como objetivo promover o acesso dos jovens a terra, assegurando crédito e financiamentos com juros subsidiados para a compra de imóveis rurais, projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar.

Organizar a juventude para as Eleições 2008²

Tão importante quanto ganharmos votos em uma eleição é forjar com a juventude e os trabalhadores o projeto que o PT vem construindo e consolidando. Portanto uma campanha eleitoral precisa, entre outras coisas, de muita militância política, propostas e idéias que mobilizem o povo em torno de transformações profundas que respondam a seus anseios concretos.

A participação da juventude nas campanhas do PT, assim como as candidaturas jovens, têm que contribuir para impulsionar ainda mais uma organização da juventude do PT democrática, participativa, socialista e de massas. Deve promover o avanço nas pautas relativas à área e ao mesmo tempo qualificar a intervenção da JPT no interior do partido, com o objetivo não apenas de atuar no período de eleições, mas também de fortalecer e dar coesão à sua ação após as campanhas eleitorais.

Ao final da eleição os jovens devem estar mais organizados no PT e mais ligados à realidade local para que possamos trabalhar nas atividades cotidianas, como cursos de formação política, debates, atividades de rua, nas escolas, faculdades, locais de trabalho, comunidades, além de construir os núcleos e fóruns livres, organizar a juventude petista em suas diversidades (negra, mulheres, LGBTT, estudantil trabalhadora, ambientalista etc.). Este é um dos objetivos dessa proposta de planejamento.

Como preparar os jovens para a campanha?

Conteúdo

A intervenção da juventude nas campanhas deve ser extremamente qualificada, sendo necessário que todos estejam preparados com conteúdo político para conquistar a população com argumentos consistentes e bastante conhecimento sobre os assuntos.

² O presente texto teve como principais fontes de consulta as cartilhas “Orientações e Dicas sobre o Tema Juventude” (SNJPT – 2006), “Roteiro para a elaboração de um programa de governo sobre o tema juventude” (SNJPT, 2006) e “13 pontos para fazer nossa estrela brilhar” (SEJPT-SP, 2006).

O primeiro passo é se antenar ao máximo em toda a discussão que rola no interior do partido, conhecer o conjunto do programa de governo e as ações do governo Lula, assim como das gestões anteriores do município, seus avanços, retrocessos e contradições. É fundamental, sobretudo, se apropriar dos debates atuais sobre o tema juventude e nivelar, entre os jovens envolvidos, tanto a compreensão quanto o discurso de campanha sobre juventude.

O segundo passo é difundir, para os participantes do processo, as diretrizes e propostas que refletem o acúmulo partidário, que podem ser encontradas, entre outras fontes, nesta cartilha, nos sites indicados no final desta publicação e nos materiais já divulgados pelo PT em suas diversas esferas. Também é importante conhecer o trabalho, os projetos e programas que integram políticas locais de juventude que as prefeituras petistas estão colocando em prática.

O terceiro passo é sistematizar dados sobre a juventude do município, conformando uma síntese dos dados mais significativos sobre a juventude local. Este documento será importante como subsídio para os ajustes da tática eleitoral e para os discursos de campanha dos candidatos.

Organização

Os organizadores das campanhas devem tomar iniciativas para facilitar o envolvimento dos jovens no debate e nas ações que dizem respeito ao processo eleitoral. Sabemos que não é tarefa fácil, mas se for bem realizada potencializa não só a candidatura, mas o diálogo com os jovens em geral e a construção partidária futura. Nessa etapa podem ser adotados os seguintes passos:

I. Construção do programa de governo:

Antes de apresentar a proposta de como construir os programas é importante lembrar:

1. O programa elaborado deve buscar abranger as diversas questões que interferem na vivência juvenil, como trabalho, educação, esporte, lazer, tempo livre, direitos humanos, sexualidade, diversidade, participação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outros;
2. O discurso de campanha não deve se propor a reproduzir todo o programa, afinal, quem fala de tudo, acaba não falando de nada. É preciso ter foco no diálogo com a população, constituindo eixos centrais de destaque no programa e propostas principais para potencializar a agenda e envolver a coordenação de campanha e, obviamente, o/a candidato/a;
3. É preciso construir e apresentar propostas de ações reais que dêem a noção de que após a vitória eleitoral têm condições de ser implementadas.

Quanto à organização, segue a seguinte sugestão de roteiro:

- a) Agendar com os diversos grupos de jovens (jovens da igreja, jovens de grupos culturais, jovens esportistas, jovens de bandas de música, jovens rurais, etc) reuniões para discutir propostas para o programa de governo.

É mais produtiva a realização de reuniões setoriais (com cada grupo).

Nessas reuniões podem se discutir tanto as propostas específicas para os jovens quanto as propostas gerais para o município. É importante aqui consultar as diretrizes que integram esta cartilha e os materiais do Grupo de Trabalho Eleitoral – GTE que se encontram no portal do PT Nacional.

Essa atividade cumpre três objetivos: construção democrática do programa de governo; articulação de apoios para a campanha; divulgação e propaganda da candidatura.

- b) Realizar uma reunião para sistematização das propostas recolhidas que serão incorporadas ao Programa de Governo.

- c) Divulgar o documento de propostas para a juventude das mais diversas formas (panfletagem, atividade de lançamento das propostas, programa específico de TV e rádio etc.).

2. Campanha na Rua:

Deve ser organizada e colocada em prática uma agenda de atividades de rua (bandeiras, panfletagens, visitas às portas de escolas, pontos de encontro da juventude, bares, residências, comunidades, etc.). Para ter sucesso, é fundamental:

- a) Fazer um calendário de atividades: é preciso planejar as ações que serão desenvolvidas para que haja um andamento coordenado e não simplesmente espontâneo da campanha;
- b) Listar os locais onde será feita a campanha: enumerar lugares onde pretendemos realizar a campanha, que inclua escolas, faculdades, bairros e pontos onde a juventude costuma se concentrar para que sejam feitas atividades.
- c) Articular os grupos de jovens: é central envolver os mais variados grupos que contribuíram na construção do plano de governo e se identificam com a candidatura, tornando a campanha mais participativa e ampliando sua inserção nos diversos segmentos e localidades.
- d) Inovar na campanha: é preciso ser criativos e inovar na comunicação com a juventude. Por isso fazer campanha usando grupos de teatro, música – enfim, tudo o que a criatividade permitir – pode nos diferenciar, além de ser mais produtivo na transmissão de nossa mensagem. Uma idéia interessante é sempre nas atividades ter uma banquinha como referência, onde as pessoas possam parar e conhecer melhor as nossas propostas.
- e) Estimular debates e discussões: nos diversos espaços com presença de jovens deve-se promover debates e panfletagens, que sirvam para criarmos um clima de discussão política nesses espaços para melhor apresentarmos nossas propostas e candidatos.
- f) Botar a estrela no peito: todos devem sempre usar broches, adesivos, materiais, camisetas e diversos artigos de identificação com o PT e com nossos candidatos. Se possível criar um “kit militante” para sempre estarmos preparados para distribuir materiais, cadastrar pessoas e espalhar a campanha.
- g) Cadastrar a juventude: organizar uma mala-direta, com todos os contatos que a juventude já tenha ou que venha ter durante a campanha. Montar um formulário para que as pessoas que nos procurem no comitê, nas banquinhas e em atividades e queiram saber mais da campanha possam colocar seus dados pessoais para entrarmos em contato e convidar para as próximas ações.
- h) Divulgar a campanha: durante a campanha será necessário também soltar boletins informativos com o calendário de atividades, reuniões, festas, plenárias etc. Isso faz com que aqueles companheiros e companheiras que não estão no dia-a-dia estejam informados do que está rolando. Outra sugestão interessante é que se soltem boletins via e-mail. É importante também estar atento às novas ferramentas que a tecnologia nos oferece.
- i) Promover festas e confraternizações: realizar uma festa, sem dúvida, é muito importante, afinal de contas estamos falando de juventude e uma “festinha” além de dar uma relaxada durante a campanha, também deve servir como espaço mais sociável para as pessoas se conhecerem e para a aproximação de novos companheiros e companheiras.

3. Legislação Eleitoral:

Muita atenção com as mudanças na legislação eleitoral, precisamos fazer uma bonita campanha e não podemos esbarrar em questões que possam causar problemas as nossas candidaturas.

Consulte o que pode e não ser feito nestas eleições 2008 no site do GTE nacional e no site do TSE.

Carta compromisso da JPT às candidaturas petistas

A Juventude do Partido dos Trabalhadores aprovou em seu I Congresso que terá como tarefa central organizar as juventudes brasileiras, em especial a trabalhadora, e está ciente do seu papel neste momento decisivo que vivemos. Nosso primeiro grande desafio é garantir a vitória do PT nas eleições 2008, que não confundimos com apenas um bom desempenho eleitoral. Nossa intenção é também fazer com que as eleições sirvam para nos aproximar da classe que nos dá nome, organizar os/as milhões de brasileiros/as que têm referência no PT em direção às grandes transformações que almejamos e aprofundar as mudanças que estão em curso, principalmente no que diz respeito à melhoria das condições de vida de toda a população.

É com esta perspectiva que pretendemos fazer das eleições 2008 um momento de fortalecimento do tema juventude, uma vez que este é o segmento que convive mais intensamente com o cenário de exclusão social, demandando ações urgentes do Estado para mudar esta situação.

Sendo assim, a JPT quer firmar um compromisso com as candidaturas petistas: que durante a campanha e, principalmente, durante nossos mandatos, a juventude seja prioridade.

A juventude tem plenas condições de desenvolver seu potencial. Essa afirmação faz parte das conquistas obtidas nas lutas do dia-a-dia, contrapondo à idéia de monitorar, tutelar ou até mesmo controlar os jovens. O papel que as Políticas Públicas de Juventude (PPJ) devem assumir é o de possibilitar que a vivência da condição juvenil seja atribuída de um intenso processo de desenvolvimento (individual e socialmente) integral dos jovens a partir de seus interesses, potencialidades, desejos e direitos.

Para dar consequência ao compromisso que pretendemos firmar é necessário que a aplicação de PPJ se oriente pela noção de que os/as jovens:

a) são sujeitos de direitos, sujeitos políticos e atores sociais, sendo peça fundamental para a proposição, formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas, agindo como protagonistas do processo de expressão e interferência da população organizada nas tomadas de decisão e definição de rumos do município a partir do aprofundamento da democracia e do controle social;

b) têm necessidades específicas e singulares e são portadores de rica diversidade, fazendo-se necessário valorizar esta pluralidade das juventudes, identificando as potencialidades e interesses distintos, ao mesmo tempo em que se combate as desigualdades que resultam em chances distintas de desenvolvimento e inserção social, profissional e educacional;

c) demandam políticas emergenciais e específicas articuladas com políticas estruturantes e universais, uma vez que para transformar a realidade da maioria das juventudes, que é marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços básicos que o Estado deveria garantir, serão necessárias ações profundas;

Nossa participação nas prefeituras e legislaturas municipais deve contribuir para alterar o modelo de desenvolvimento historicamente construído no país, substituindo-o por um novo padrão que articule crescimento econômico, democracia, autonomia e superação das desigualdades.

Para tanto, nossas candidaturas precisam estar em sintonia com as diretrizes que apresentamos para programas de governo sobre juventude. O PT, com o modo petista de governar e legislar, deve se constituir como referência nas políticas de juventude. Nossos/as candidatos/as devem se comprometer não somente com as propostas de ações em âmbito municipal, mas também com o necessário fortalecimento institucional que o tema demanda para que se torne uma política de Estado – não apenas de gestões no executivo ou mandatos parlamentares –, envolvendo os movimentos e organizações juvenis neste processo. Garantir o sucesso desta diretriz demanda a criação de mecanismos e órgãos específicos que coordenem as políticas de juventude (secretarias, coordenadorias, assessorias, etc.) e garantam a participação popular nas tomadas de decisão (fóruns, conselhos, etc.).

Devemos aproveitar a inserção e o dinamismo que o tema tem ganhado na sociedade e no governo federal, sobretudo a partir da realização da 1ª Conferência de Juventude.

A participação dos municípios, em articulação com a união e os estados, é fundamental. A ausência de políticas a nível local e a pouca prioridade que as prefeituras dão à juventude nos colocam um grande desafio de superar estas dificuldades, e o PT não pode se ausentar deste compromisso.

Disposta em construir uma sociedade mais justa e igualitária, a JPT convoca todas as candidaturas petistas a firmar o compromisso de contribuir para que a juventude seja tema de prioridade e para que o PT se consolide como referência dos/das jovens nas políticas de juventude e como instrumento para a transformação e construção do socialismo.

24, de julho de 2008
Direção Nacional da JPT

Sites úteis de pesquisa e informações

Portal do Governo Federal
www.brasil.gov.br

Portal da Juventude – Governo Federal
www.juventude.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
www.ipea.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
www.ibge.gov.br

Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense
www.uff.br/obsjovem

Projeto Juventude do Instituto Cidadania
www.projetojuventude.org.br

Ação Educativa
www.acaoeducativa.org.br

Secretaria Nacional de Juventude do PT
www.jpt.org.br

Tribunal Superior Eleitoral
www.tse.gov.br

Grupo de Trabalho Eleitoral PT
www.pt.org.br/portalpt/gte

© **Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral 2008**
Julho de 2008

Coordenação Geral
Ricardo Berzoini

Membros
Elói Pietá
Gleber Naime
Joaquim Soriano
Jorge Coelho
Marcelino Galo
Paulo Ferreira
Paulo Frateschi
Renato Simões
Romênio Pereira
Selma Rocha
Valter Pomar

Equipe Executiva
Edivaldo Assis
Francisco Campos
Rubens Otoni

Central de Relacionamento
André Silva
Elisângela Almeida
Márcio de Jesus
Núbia Ribeiro
Roberto Moreira

Coordenação Programa de Governo do GTE
Selma Rocha

Os textos de apoio foram produzidos pela equipe de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo: Antonio Carlos, Granada, José Cavalli, Jupira Cauhy, Matilde Ribeiro.

Secretaria Nacional de Juventude
Severine Macedo

Secretaria Nacional de Comunicação
Gleber Naime

Edição: Paulo Cangussú André
Projeto gráfico e editoração: Lavoro C&M

“É um momento de disputa entre diferentes projetos e concepções de qual sociedade queremos e de reforçar o modo petista de governar e legislar, promovendo um programa de governo que de conta das demandas da população.”



Partido dos Trabalhadores
Diretório Nacional

www.pt.org.br